



Relatório de Análise

“Política Agrícola e Alimentar Comum para o pós 2013 na óptica da Soberania Alimentar”



Relatório de Análise
**“Política Agrícola e Alimentar Comum
para o pós 2013 na óptica da Soberania
Alimentar”**

Índice

Introdução	3
O crescente envolvimento da Sociedade Civil no debate das Políticas Agrícolas e Alimentares	6
A questão da Governança alimentar mundial e a participação da Sociedade Civil	8
Ao mesmo tempo que se criam novos espaços de participação da Sociedade Civil condiciona-se a decisão	10
A avaliação das políticas seguidas e a importância da contextualização do debate na realidade actual e global	12
O enquadramento da resposta aos desafios no conceito da Soberania Alimentar	15
O processo da construção de alianças em torno da soberania alimentar para uma outra política agrícola e alimentar europeia .	17
Os posicionamentos comuns	20
Declaração Alimentar Europeia	20
A opção QUE FALTA para a Política Agrícola Comum pós 2013	24
Seminário Internacional “Política Agrícola e Alimentar Comum para o pós 2013 na óptica da Soberania Alimentar”	36
Agradecimentos	38

Introdução

As grandes linhas de orientação para o futuro da PAC pós 2013 começaram a ser debatidas com maior abrangência, com o lançamento, a 12 de Abril de 2010, da consulta pública à Sociedade Civil por parte da Comissão Europeia.

Já em 2011, a Comissão voltou a realizar uma nova fase de consulta pública à Sociedade Civil, que terminou a 25 de Janeiro, incidindo a mesma sobre a sua comunicação sobre a PAC pós 2013 apresentada a 18 de Novembro de 2010.

Também no Parlamento Europeu, nomeadamente ao nível da sua Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (COMAGRI) a Sociedade Civil tem sido chamada para diversas audições no sentido de poder influenciar o seu posicionamento.

Primeiro com o relatório Lyon que se converteu na primeira resolução do Parlamento sobre o futuro da PAC pós 2013 e posteriormente com o relatório Dess que irá resultar numa nova resolução contendo a posição do Parlamento face à proposta da Comissão, depois de votada no início de Junho na Sessão Plenária.

A CNA, ainda antes do anúncio destas consultas públicas e audições, sentiu que era importante que este debate, desde cedo fosse amplamente promovido em Portugal no seio da Sociedade Civil, para que cedo também se definissem os posicionamentos e estratégias a serem seguidas, ou seja, para que essa mesma Sociedade Civil passasse por um período de reflexão antes de ser consultada.

Por outro lado, a CNA considerou desde logo, ser este um tema que exigia concertação de posicionamentos que permitissem alianças, não só concertação de posicionamentos a nível nacional, mas também ao nível Europeu, não só ao nível das organizações agrícolas, mas também ao nível de todas as organizações da Sociedade Civil, dado que hoje está claro que esta não é uma matéria que diga unicamente respeito ao sector agrícola.

Considerou ainda a CNA que, em face dos actuais desafios e crises globais, havia e há a necessidade de analisar um outro caminho para a Política Agrícola Comum para o pós 2013, assente num outro modelo de desenvolvimento económico e social, assente no conceito de Soberania Alimentar.

Assim, em final de 2009, a CNA propôs, no âmbito do Programa da Rede Rural Nacional, a realização de um Seminário Internacional sobre o tema “Política Agrícola e Alimentar Comum para o pós 2013 na óptica da Soberania Alimentar”.

Este seminário veio a realizar-se, a 20 de Março de 2010, em parceria com o GPP – Gabinete de Planeamento e Políticas, na cidade de Espinho.

O presente relatório de análise é sustentado nesta iniciativa que constituiu um fórum de debate alargado em torno da PAC pós 2013 com diferentes organizações da Sociedade Civil de diferentes Estados-Membros.

O objectivo deste relatório é o de analisar as diferentes iniciativas e os diferentes posicionamentos que se têm vindo a manifestar em torno do debate da PAC pós 2013, em resultado da concertação de posicionamentos e alianças entre diferentes organizações da Sociedade Civil, desta-

cando-se entre estas, as organizações agrícolas, de ambiente e de consumidores, num quadro do conceito da Soberania Alimentar.

Esta iniciativa está integrada no Programa da Rede Rural Nacional, nomeadamente na sua Área de Intervenção 3, designada de “Observação do Mundo Rural e da Implementação das Políticas de Desenvolvimento Rural” e é financiada pelo MADRP e pelo FEADER.



O crescente envolvimento da Sociedade Civil no debate das Políticas Agrícolas e Alimentares

É notório que esta reforma da PAC, actualmente em discussão, realiza-se num outro contexto ao nível do interesse manifestado e de participação da Sociedade Civil.

Ao longo das várias reformas que tem ocorrido na história da PAC, o debate em torno da Política Agrícola Comum no que diz respeito à Sociedade Civil, quase sempre tem sido da exclusiva responsabilidade das organizações agrícolas, deixando de lado uma grande fatia da sociedade que é parte interessada nesta política, como sejam, os consumidores.

Para esta mudança em muito contribuíram os desafios que a dada altura se colocaram à humanidade com o surgimento das crises climática, financeira, alimentar, energética, económica e social.

Na verdade, o problema das alterações climáticas, mais do que alterar um modelo de desenvolvimento económico baseado no petróleo e na abertura dos mercados mundiais, abriu novas oportunidades de negócio para as multinacionais e portas a uma nova dimensão na especulação sobre as matérias-primas.

Quando em Fevereiro de 2007 é revelado ao mundo a crise financeira motivada pelos empréstimos hipotecários de alto risco nos Estados Unidos, designada de *subprime*, os investidores passam a apontar os seus investimentos para as matérias-primas agro-pecuárias e extractivas, motivados, no caso do trigo, milho e soja, pela grande aposta mundial nos Agrocombustíveis como forma de combater as alterações climáticas.

É com esta alteração na orientação da aplicação dos capitais que em nossa opinião surge a crise alimentar, com os alimentos considerados como fundamentais para a alimentação da população mundial, como seja o arroz, o trigo, a soja, o milho, a carne e os laticínios, a chegarem a duplicar o seu preço no consumidor final em meados de 2008.

Assim, a agricultura passa a estar no centro das atenções das instâncias políticas mundiais, mas também da sociedade em geral, com muitos a afirmarem tratar-se do fim da comida barata.

A crise alimentar e a volatilidade dos preços que passado três anos continua a ocorrer, apesar de não ter motivado os protestos e conflitos sociais dos países ditos subdesenvolvidos, levou a que grande parte da sociedade ocidental começasse a encarar a questão da alimentação como um direito/bem que não está inquestionavelmente garantido.



A questão da Governança alimentar mundial e a participação da Sociedade Civil

A crise alimentar de 2007/2008 fez também despontar o aparecimento de vários processos com o objectivo de “resolver” a questão da governança global para as questões da alimentação e agricultura, nomeadamente, a iniciativa do Secretário Geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon, com a criação de um Grupo de Trabalho de Alto Nível, a do G8, com a criação de uma Aliança Global para a agricultura e alimentação e uma outra, impulsionada por vários países e também por organizações da Sociedade Civil, de reforma do Comité de Segurança Alimentar Mundial da FAO (CSA ou CFS em Inglês).

O surgimento de um novo quadro de governança mundial para as questões da agricultura e alimentação e a consolidar-se o processo de reforma do Comité de Segurança Alimentar Mundial, poderá constituir uma janela de oportunidade à participação da Sociedade Civil.

Neste comité reformulado, está previsto um mecanismo de consulta e de representação da Sociedade Civil nas reuniões do CSA, presença essa com direito a uma participação activa nos trabalhos, nomeadamente a intervir em pé de igualdade com os 192 Governos que constituem este órgão internacional e onde a excepção na participação ocorre no direito ao voto.

Este CSA renovado reuniu pela primeira vez de 11 a 14 de Outubro de 2010, em Roma, e foi precedido pelo primeiro Fórum das Organizações da Sociedade Civil.

Este novo quadro de Governança Mundial poderá, no futuro, vir a tirar protagonismo à Organização Mundial do

Comércio (OMC), Banco Mundial e FMI, que até agora têm ditado a orientação das políticas agrícolas e alimentares mundiais.



Ao mesmo tempo que se criam novos espaços de participação da Sociedade Civil condiciona-se a decisão

É notória uma crescente valorização da intervenção da Sociedade Civil por parte de algumas instituições europeias e mundiais, aliás, o actual Comissário da Agricultura, o Romeno Dacian Ciolos, acabou por alterar o calendário inicial para esta reforma da PAC, por considerar que não fazia sentido a Comissão fazer uma comunicação sem primeiro realizar um processo de Consulta Pública, como inicialmente estava previsto.

Salienta-se, por outro lado, que a entrada em vigor do Tratado de Lisboa a 1 de Dezembro de 2009 veio reforçar os poderes e responsabilidades do Parlamento Europeu através do processo legislativo de co-decisão, órgão este mais acessível a toda a Sociedade Civil e onde se pode assim mais facilmente fazer chegar propostas e preocupações.

Mas se estes mecanismos de consulta e participação da Sociedade Civil têm sido mais valorizados e utilizados, a verdade é que ao mesmo tempo que se debate a PAC pós 2013 a Comissão Europeia continua a negociar e a assinar tratados de livre comércio, bilaterais e multilaterais, como aconteceu durante a cimeira entre UE, América Latina e Caraíbas, em Maio, em Madrid, em que se tentou reactivar as negociações Europa Mercosul, que estavam suspensas desde 2004, e se formalizou o acordo comercial entre a UE, a Colômbia e o Peru.

Apesar de ninguém colocar em causa que os cidadãos Europeus devem ter o direito a definir a sua política agrícola

e alimentar, na verdade, todo o debate está desde logo condicionado pelos acordos ao nível da OMC e por todos os tratados bilaterais e multilaterais de livre comércio que vão sendo assinados.

Tal, inevitavelmente, acaba por retirar credibilidade ao processo de consulta sobre a PAC pós 2013, levado a cabo pela própria Comissão, uma vez que ao mesmo tempo que se está a perguntar aos cidadãos para onde querem caminhar, está-se a limitar esses próprios caminhos.



A avaliação das políticas seguidas e a importância da contextualização do debate na realidade actual e global

Para este debate sentiu-se a necessidade de avaliar a PAC num contexto global dado que ao mesmo tempo que a mesma influencia esse contexto sofre também condicionamentos do seu exterior.

Assim, considerou-se fundamental, não só avaliar as Políticas Agrícolas da União Europeia, mas contar igualmente com uma avaliação às políticas internacionais, nomeadamente ao nível da OMC.

Acresce ainda que, estamos certos, que só assim se conseguirá perceber a origem das actuais crises globais que motivam os desafios futuros, principalmente ao nível das questões agrícolas e alimentares.

O actual modelo de desenvolvimento tem tido como um dos grandes pilares a liberalização do comércio mundial, assente na eliminação dos principais mecanismos/instrumentos, quer da regulação da produção, quer da regulação do comércio.

A Europa tem sido um dos principais motores deste modelo, procedendo, reforma após reforma, à eliminação dos instrumentos públicos de regulação contidos na PAC, apostada que está na conclusão da Ronda de Doha, a “grande negociação” que se iniciou há mais de 9 anos ao nível da OMC com vista à liberalização total do comércio mundial.

Referir, que já actualmente, a Europa é o principal exportador e importador de produtos agrícolas a nível mundial,

possuindo, neste momento, cerca de 195 acordos comerciais assinados com países terceiros.

Tudo se tem baseado num estímulo supostamente salutar e justo à chamada competitividade, mas onde por de trás desta competitividade tem estado, grande parte das vezes, o *dumping* financeiro, principalmente da Europa e EUA para os chamados países em vias de desenvolvimento e o *dumping* social e ecológico desses países para os ditos desenvolvidos.

A eliminação das barreiras aduaneiras/comerciais, entre outras, através dos tratados bilaterais e multilaterais de livre comércio, tem promovido uma deslocalização do consumo, quer através da promoção das produções para exportação em detrimento das produções de alimentos básicos locais, quer ao destruir os circuitos curtos e directos de comercialização.

As consequências da liberalização do comércio e da consequente deslocalização do consumo a nível mundial são por demais evidentes, nomeadamente ao nível social/alimentar.

O desaparecimento de milhares de pequenas explorações familiares por todo o mundo (Só na Europa desapareceu uma exploração a cada minuto durante estes últimos 25 anos) tem levado à pobreza milhares de pessoas impossibilitadas que foram de continuar a retirar o seu rendimento da actividade agrícola.

Por outro lado, à medida que vão sendo eliminados os instrumentos de regulação e que os mercados vão sendo liberalizados, potencia-se a especulação sobre os bens alimentares e, com ela, a instabilidade/volatilidade dos preços dos alimentos nos mercados mundiais.

Acresce ainda que, a deslocalização da produção e do consumo, a destruição das culturas tradicionais e das produções de alimentos básicos locais, têm tornado as populações mais vulneráveis a estas mesmas flutuações dos preços dos alimentos nos mercados internacionais.

Assim, o número de pessoas que sofrem de fome no mundo não tem parado de crescer, principalmente desde 2007, altura em que a crise alimentar começa a dar os primeiros sinais e quando o valor era inferior aos 850 milhões.

É por estas razões, e por mais estranho e contraditório que possa parecer, que é nas zonas rurais que os problemas relacionados com carências alimentares mais têm crescido e manifestado.

Segundo a FAO, actualmente, dos cerca de mil milhões de pessoas que sofrem de fome no mundo, 50% são agricultores de pequena escala, 20% são trabalhadores agrícolas, 10% são pastores, pescadores artesanais e outros que dependem do acesso aos recursos naturais para subsistir e os 20% restantes vivem em zonas urbanas, grande parte deles na tentativa de fugir à miséria das zonas rurais.



O enquadramento da resposta aos desafios no conceito da Soberania Alimentar

Mas se se considerou importante enquadrar o actual debate da PAC nas políticas seguidas à escala global e regional e respectivos resultados, também se considerou importante encontrar as soluções em modelos alternativos e daí se ter enquadrado o debate/análise no conceito da Soberania Alimentar.

Este é um conceito que tem vindo a ser trabalhado enquanto modelo de desenvolvimento alternativo ao actual, pelo movimento internacional Via Campesina, uma organização que congrega milhões de pequenos e médios agricultores, mas também, povos sem terra, mulheres e jovens rurais, povos indígenas, trabalhadores rurais e pescadores de todo mundo.

Segundo a Via Campesina, será nestes sectores da sociedade que deverão ser encontradas as respostas às necessidades alimentares mundiais e não num modelo intensivo e industrializado de produção, acreditando que só estes, representando quase 50% da população mundial, é que serão capazes de alimentar as suas comunidades de uma forma segura, saudável e sustentável.

Para este movimento o conceito de Soberania Alimentar lançado por si na Cimeira Mundial sobre a Alimentação de 1996, é o direito dos povos a alimentos nutritivos, são, culturalmente apropriados, acessíveis e produzidos de forma sustentável, assim como o direito desses mesmos povos a decidirem e a gerirem os seus próprios sistemas agrícolas e alimentares.

Este conceito coloca as aspirações, necessidades e formas de vida daqueles que produzem, distribuem e consomem os alimentos no centro das políticas agrícolas e alimentares.

Entre outras coisas, a Soberania Alimentar na óptica do movimento, prioriza a produção e o consumo local de alimentos, desenvolve um modelo de produção agrícola sustentável que sustente as comunidades e o meio ambiente, reconhece aos países o direito de protegerem os seus produtos e produtores e de controlar a sua produção de alimentos e defende que o uso e a gestão da terra, territórios, água, sementes, animais e biodiversidade esteja nas mãos e ao serviço das comunidades locais.

Para a Via Campesina um modelo de desenvolvimento assente na Soberania Alimentar será capaz de dar resposta aos diferentes desafios sociais/ alimentares e económicos mas também aos desafios ambientais, nomeadamente ao nível do combate às alterações climáticas, perda de biodiversidade mundial e degradação dos demais recursos naturais.

Os dados do último Censo Agropecuário realizado no Brasil demonstraram a razão do movimento em números ao referirem que, a agricultura familiar Brasileira, com 84,4% das explorações e com apenas 24,3% da área cultivada, emprega 74,4% da mão de obra do sector e apesar de não praticar uma agricultura intensiva/industrial é geradora de mais riqueza, a agricultura patronal gera R\$ 358,00 por ha/ano enquanto a agricultura familiar gera R\$ 677,00 por ha/ano.

Outro dado oficial importante que sustenta a tese da Via é de que é a agricultura familiar com a sua pequena área agrícola, 1/4 de toda a área agrícola do Brasil, que assegura 70% dos alimentos consumidos diariamente pela população brasileira.

O processo da construção de alianças em torno da soberania alimentar para uma outra política agrícola e alimentar europeia

O primeiro passo no processo de construção de alianças com o objectivo de construir um movimento social forte e abrangente, capaz de influenciar o debate da reforma da PAC e impulsionar uma mudança no marco da Soberania Alimentar foi dado pela Coordenadora Europeia – Via Campesina (CE-VC) com a convocação de uma reunião com diversas organizações Europeias.

Assim, a 18 de Março de 2009, um ano antes do seminário realizado pela CNA em Portugal, teve lugar em Bruxelas uma primeira reunião entre a CE-VC e outras quinze organizações.

Nesta reunião, entre outras coisas, é decidido lançar uma Declaração Alimentar e preparar um Fórum Europeu para a Soberania Alimentar.

Assim, surge o “Movimento Europeu para a Soberania Alimentar e outra PAC”.

Ao longo de 2009 a Declaração Alimentar vai sendo elaborada/construída num amplo processo de discussão entre as organizações aliadas e dentro destas.

Para agilizar e diminuir os custos com reuniões são efectuadas conferências telefónicas e é criada uma “*mailing list*” para circular a informação entre todos os envolvidos.

Esta declaração fica terminada em finais de Julho de 2009, passando-se a uma fase de recolha de subscritores dentro das redes das organizações envolvidas para que o peso e

representatividade da mesma fosse alargado, trabalho esse que fica finalizado a 28 de Fevereiro de 2010.

Em Portugal, a CNA faz o seu trabalho de divulgação e de apelo à subscrição a organizações nacionais de diferentes áreas da sociedade, destacando-se aqui a Plataforma Transgénicos Fora, a MARP – Associação das Mulheres Agricultoras e Rurais Portuguesas, a ARP – Aliança para Defesa do Mundo Rural Português e a ACOP – Associação de Consumidores de Portugal que respondendo positivamente ao apelo passam, juntamente com a CNA, a constar como primeiras subscritoras da declaração.

Entretanto a Declaração é traduzida em 16 línguas entre elas o Português.

A 16 de Março é lançada a declaração publicamente numa conferência de imprensa em Bruxelas acompanhada de iniciativas complementares em diversos Estados-Membros, sendo lançada uma página na Internet para que todas as organizações e pessoas a título individual interessadas a pudessem subscrever.

A identificação e o reconhecimento por parte da Sociedade Civil no conteúdo da declaração superam as expectativas, recebendo o apoio de mais de 350 organizações de diferentes abrangências e áreas da Sociedade Civil.

Entretanto o movimento entra numa outra fase de trabalho sobre o debate da PAC, nomeadamente, no desenvolvimento de propostas concretas que materializem em políticas os princípios da declaração.

Assim, o movimento decide convidar e envolver a comunidade científica no desenvolvimento de instrumentos/políticas, convidando diversos investigadores da área das ciências sociais, especialistas em política agrícola e eco-

nomistas de diferentes países Europeus, a elaborarem um estudo/proposta para a PAC pós 2013 com base nos princípios do movimento.

Este estudo é publicado a 11 de Junho de 2010 com o título de “Proposta para uma nova Política Agrícola e Alimentar Europeia que enfrente os desafios deste século” (disponível em <http://www.europeanfooddeclaration.org/documents>).

Após a saída da comunicação da Comissão a 18 de Novembro de 2010 o movimento, por não se rever em nenhuma das 3 opções contidas no documento, decide prosseguir o trabalho em duas frentes, por um lado na elaboração de uma 4ª opção e, ao mesmo tempo, dando apoio aos aspectos/instrumentos positivos da proposta.

Assim, a 26 de Janeiro deste ano é tornado público um novo documento do movimento designado de “A opção que falta para a Política Agrícola Comum Pós 2013”.

Entretanto, o movimento continuou a trabalhar na preparação da realização de um Fórum Europeu para a Soberania Alimentar, onde a construção de uma outra Política Agrícola Comum continuará a ser tema central.

Este fórum será designado de Fórum de Nyeleni Europa em alusão a uma agricultora do Mali que produzia alimentos para a sua comunidade e vai-se realizar na Áustria, de 16 a 21 de Agosto deste ano (consultar <http://nyelenieurope.net/>).

Salientar ainda que, todo o processo de construção deste movimento europeu tem sido acompanhado e sustentado na criação ou reforço de redes de organizações locais ao nível dos Estados-Membros e suas regiões, sendo que em Portugal, o Seminário Internacional realizado em Março de 2010 foi um forte impulsionador enquanto fórum de encontro, partilha de informação e consensualização de posicionamentos.

Os posicionamentos comuns

Declaração Alimentar Europeia

Por uma Política Agrícola e Alimentar Comum saudável, sustentável, justa e solidária

Nós, abaixo-assinados, acreditamos que a União Europeia tem de responder aos desafios urgentes que a Europa enfrenta no domínio da agricultura e da alimentação.

Depois de mais de meio século de industrialização da produção agrícola e alimentar, a agricultura familiar e as produções alimentares locais diminuíram substancialmente na Europa. Hoje, o nosso sistema alimentar está dependente dos combustíveis fósseis, não reconhece a água e a terra como recursos limitados e apoia regimes alimentares prejudiciais para a saúde, ricos em calorias e gorduras e pobres em frutas, verduras e cereais. No futuro, o aumento dos preços da energia, a perda drástica de biodiversidade, as alterações climáticas e a diminuição das terras agrícolas e da água disponível constituirão uma ameaça para a produção de alimentos. Ao mesmo tempo, uma população mundial em rápido crescimento enfrentará problemas de fome e doenças crónicas devido ao consumo excessivo de alimentos.

Apenas conseguiremos responder com sucesso a estes desafios com uma abordagem completamente diferente às actuais práticas e políticas agrícolas e alimentares. A União Europeia deve reconhecer e apoiar o papel crucial da agricultura familiar no abastecimento alimentar da população. Todas as pessoas devem ter acesso a ali-

mentos saudáveis, seguros e nutritivos. O modo como nós cultivamos, distribuímos, preparamos e consumimos os alimentos deve honrar a diversidade cultural da Europa, proporcionando, ao mesmo tempo, uma alimentação justa e sustentável.

A Política Agrícola Comum (PAC) actual está em discussão e será reformada em 2013. Depois de décadas em que as empresas multinacionais e a Organização Mundial do Comércio (OMC) dominaram a política agrícola e alimentar, é tempo da população da Europa se voltar a apropriar da sua política agrícola e alimentar: está na hora da soberania alimentar. Acreditamos que uma nova Política Agrícola e Alimentar Comum deve garantir e proteger um espaço de cidadania na UE e nos países candidatos, onde haja a possibilidade e o direito dos cidadãos definirem os seus próprios modelos de produção, distribuição e consumo, de acordo com os seguintes princípios:

A nova Política Agrícola e Alimentar Comum:

1. considera a alimentação como um direito humano universal e não como uma mera mercadoria.
2. estabelece como prioridade a produção de alimentação humana e animal para a Europa e volta a colocar o comércio internacional no seu devido lugar, controlando-o com equidade, justiça social e sustentabilidade ambiental. A PAC não deve prejudicar os sistemas agrícolas e alimentares de outros países.
3. promove modelos de alimentação saudáveis, orientados para dietas à base de vegetais e para uma redução do consumo de carne, gorduras saturadas, produtos altamente transformados e

ricos em energia, respeitando, simultaneamente, padrões alimentares tradicionais e culturais.

4. dá prioridade à manutenção da agricultura em todo o território Europeu, com muitos agricultores que produzam alimentos e mantenham a paisagem rural. Isto não é possível sem preços justos e seguros para os produtos agrícolas, que permitam um rendimento digno para os agricultores e trabalhadores rurais e preços justos para os consumidores.
5. garante condições justas e não discriminatórias para os agricultores e trabalhadores rurais da Europa Central e de Leste e promove o acesso justo e equitativo à terra.
6. respeita o meio ambiente local e global, protege os recursos escassos do solo e da água, aumenta a biodiversidade e respeita o bem-estar animal.
7. garante que a agricultura e a produção alimentar permanecem livres de OGM, promove a utilização das sementes dos agricultores e a diversidade de espécies autóctones.
8. deixa de promover a utilização e a produção de agrocombustíveis industriais e dá prioridade à redução dos transportes em geral.
9. assegura a transparência em toda a cadeia alimentar, para que os cidadãos saibam como é produzida a sua comida, de onde vem, o que contém e o que está incluído no preço final pago pelos consumidores.
10. reduz a concentração de poderes nos sectores de transformação e distribuição de alimentos e a sua influência sobre o que é produzido e consumido,

promovendo sistemas alimentares que reduzam a distância entre agricultores e consumidores.

11. incentiva a produção e o consumo de produtos locais, sazonais e de alta qualidade, voltando a aproximar as pessoas dos alimentos e dos produtores.
12. disponibiliza recursos para ensinar às crianças os conhecimentos essenciais para produzir, preparar e apreciar uma alimentação saudável e nutritiva.



A opção QUE FALTA para a Política Agrícola Comum pós 2013

Em Novembro de 2010, a Comissão Europeia apresentou uma comunicação¹ na qual estabelecia os objectivos e diversos cenários relativos à Política Agrícola Comum da UE para 2014-2020.

A referida comunicação contém **três opções** para a futura Política Agrícola Comum, que podem resumir-se da seguinte forma:

1. Ajustes progressivos à PAC actual, com maior equidade nos pagamentos entre os Estados-Membros;
2. Uma reforma da PAC com medidas mais específicas para que as ajudas à agricultura respondam a uma política mais equilibrada e sustentável, em consonância com “os *objectivos da Europa 2020 de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo*”;
3. “*Abandonar gradualmente as ajudas ao rendimento e a maioria das medidas de mercado*”, focando a futura PAC nos objectivos relacionados com o ambiente e as alterações climáticas, através de uma política de desenvolvimento rural.

A Comissão Europeia manifestou claramente a sua preferência pela opção nº 2. O argumento que mais pesa a favor desta opção é a competitividade global da Agricultura europeia.

¹ Ver http://ec.europa.eu/agriculture/cap-post-2013/communication/com2010-672_en.pdf

Pretende-se, assim, assegurar que os preços dos produtos agrícolas básicos produzidos na Europa sejam suficientemente baixos para que as indústrias agro-alimentares e exportadoras europeias sejam competitivas no mercado alimentar mundial.

Nós, organizações subscritoras deste documento, não estamos a favor de nenhuma das opções propostas pela Comissão. **Existe uma quarta opção – a opção QUE FALTA – que propomos neste documento.**

Esta opção estabelece os seguintes objectivos como base da futura PAC: acesso a alimentos saudáveis para todos, rendimentos estáveis e justos para os agricultores, preços estáveis e justos para os consumidores, modos de produção ecologicamente sustentáveis, redução das emissões de gases com efeito estufa (travar o aquecimento global) e redução da utilização de combustíveis fósseis, bem como o fim da destruição dos mercados de proximidade para os produtores locais nos países do Sul devido às práticas de *dumping*.

Esta opção é proposta por um número crescente de movimentos sociais e organizações da Sociedade Civil na Europa. Esta opção responderá realmente aos desafios actuais em termos de alimentação e agricultura – na Europa e a nível mundial. Além disso, esta opção requererá um orçamento menor do que aquele que é necessário para a política actual e para as opções propostas pela Comissão Europeia.

Esta quarta opção coloca o Planeta e as pessoas à frente do lucro e a solidariedade à frente da competitividade. Acreditamos que a Política Agrícola e Alimentar Europeia deve ser uma política pública forte,

cujos valores centrais se baseiem em proporcionar alimentação saudável e de qualidade, com sustentabilidade e equidade.

I. OBJECTIVOS: O que deve alcançar a futura Política Agrícola e Alimentar Comum?

A nova Política Agrícola e Alimentar Comum deve:

1) considerar a alimentação como um **direito humano universal** e não uma mera mercadoria.

2) estabelecer como prioridade a **produção de alimentação humana e animal para a Europa** e voltar a colocar o comércio internacional no seu devido lugar, controlando-o com equidade, justiça social e sustentabilidade ambiental. **A PAC não deve prejudicar os sistemas agrícolas e alimentares de outros países.**

3) **promover hábitos alimentares saudáveis**, orientados para dietas à base de vegetais e para um menor consumo de carne, gorduras saturadas, alimentos ricos em energia e produtos altamente transformados, respeitando, simultaneamente, os hábitos alimentares culturais e as tradições populares.

4) dar prioridade à manutenção da agricultura em todo o território europeu, com muito(a)s agricultore(a)s, que produzam alimentação e mantenham a paisagem rural. Isto não é possível sem **preços justos e seguros para os produtos agrícolas**, que garantam um rendimento digno para o(a)s agricultore(a)s e trabalhadore(a)s agrícolas e **preços justos para os consumidores.**

5) garantir **condições justas** e não discriminatórias para o(a)s agricultore(a)s da **Europa Central e de Leste** e apoiar o **acesso justo e equitativo à terra.**

6) respeitar **o meio ambiente** global e local, proteger os recursos finitos do solo e da água, aumentar a biodiversidade e respeitar o bem-estar animal.

7) garantir que a agricultura e a produção alimentar permanecem **livres de transgénicos** e promover as sementes tradicionais, a diversidade das espécies autóctones e as culturas alimentares locais.

8) **deixar de promover** a utilização e a produção de **agrocombustíveis** industriais e dar prioridade à **redução dos transportes** em geral.

9) assegurar a **transparência ao longo de toda a cadeia alimentar**, para que os cidadãos saibam como a sua alimentação é produzida, de onde vem, o que contém e o que está incluído no preço final pago pelos consumidores.

10) **reduzir a concentração de poderes nos sectores da transformação e distribuição alimentar** e a sua influência sobre o que é produzido e consumido, promovendo sistemas alimentares que reduzam as distâncias entre agricultores e consumidores.

11) incentivar a produção e o consumo de **produtos locais, sazonais e de alta qualidade**, voltando a aproximar as pessoas dos alimentos e dos produtores.

12) disponibilizar recursos **para ensinar às crianças** os conhecimentos essenciais para produzir, preparar e apreciar uma alimentação saudável e nutritiva.

Mais de 350 organizações da Sociedade Civil na Europa apoiam estes objectivos e princípios, definidos na Declaração Alimentar Europeia (<http://www.europeanfooddeclaration.org/declaration/pt>) lançada em Março de 2010.

II. OS INSTRUMENTOS: Como podem ser alcançados tais objectivos e princípios?

Para atingir os objectivos previamente mencionados, é necessário aplicar diversas medidas e instrumentos. Numa primeira etapa, é suficiente definir os principais elementos e orientações da futura Política Agrícola e Alimentar Comum. As nossas propostas estão relacionadas com um estudo independente realizado por investigadores (principalmente economistas) de diversos países europeus.²

A. Regular os mercados e a produção agrícola

Os objectivos atrás referidos apenas poderão ser atingidos com preços estáveis e não com o actual cenário de grande volatilidade dos preços agrícolas, devido às políticas desreguladoras das últimas décadas. Ao contrário da proposta da Comissão Europeia propomos reforçar as medidas de regulação dos mercados e colocá-las no centro da futura Política Agrícola e Alimentar Comum.

Para manter uma agricultura familiar sustentável, os agricultores – antes de mais – devem ser remunerados com **preços justos e estáveis, que cubram os custos de produção. Para tal, são necessários os seguintes instrumentos:**

- Gestão pública da oferta para equilibrar a oferta e a procura e evitar excedentes estruturais. Isto impedirá a excessiva volatilidade de preços. Devem ser desen-

² “Proposta para uma Nova Política Agrícola e Alimentar Europeia que responda aos desafios deste século”, Junho 2010, **Jean Marc Boussard**, Ex Director do Instituto Francês para a Investigação Agrícola (INRA) e **Aurélie Trouvé**, professora no Instituto de Altos Estudos Agrícolas de Dijon (AgroSupDijon), entre outros. Os autores, co-autores e signatários são **21 investigadores (principalmente economistas) de 7 países europeus**. O estudo e anexos estão disponíveis em: <http://www2.dijon.inra.fr/esr/pagesperso/trouve/>

volvidos diversos instrumentos adaptados às diferentes produções (as quotas leiteiras, por exemplo, devem ser melhoradas, em vez de serem eliminadas).

- Gestão das importações agrícolas de modo a evitar importações a preços inferiores ao custo médio de produção europeu³. Esta gestão deve estar interligada à proibição de todas as formas de *dumping*⁴.

A regulação dos mercados agrícolas europeus através destes instrumentos permitiria aos agricultores obter preços justos e estáveis. Consequentemente, reduzir-se-iam os gastos públicos destinados ao rendimento dos agricultores, uma vez que estes passariam a obter os seus rendimentos principalmente através dos mercados, em vez dos pagamentos directos. Actualmente, os agricultores europeus obtêm, em média, 40% do seu rendimento através de pagamentos directos (aprox. € 39.000 milhões do orçamento da UE), que subsidiam a “competitividade” da indústria europeia de transformação e exportação de alimentos nos mercados mundiais, garantindo matérias-primas a preços baixos. Assim, os pagamentos directos actuais são, por um lado, um subsídio indirecto à indústria agro-alimentar europeia e, por outro, um subsídio indirecto às exportações, impedindo que as comunidades agrícolas de países terceiros tenham acesso aos seus próprios mercados.

A nível internacional, a União Europeia deve questionar as actuais regras do comércio internacional e colocá-las no

³ Incluindo as proteínas vegetais usadas na alimentação animal: a UE importa 75% das suas necessidades, principalmente soja, com impactos negativos na América Latina e na Europa. As culturas de proteínas vegetais podem ser produzidas na Europa.

⁴ A exportação de produtos alimentares europeus a preços inferiores ao custo de produção europeu.

contexto da Soberania Alimentar, onde o compromisso de acabar com todas as formas de *dumping* esteja ligado ao direito de cada país, ou união, de se proteger contra as importações a baixo custo. Para evitar uma possível insegurança alimentar, deverão ser autorizados stocks operacionais a nível regional, incluindo a nível da UE, especialmente no que respeita aos cereais.

Para manter a agricultura em todas as regiões

- Os preços agrícolas na UE devem ter em conta os custos médios de produção (ver A.). De modo a manter as explorações agrícolas nas zonas desfavorecidas, onde os custos de produção são mais elevados, são necessários fundos públicos capazes de cobrir a diferença entre o custo real de produção e o custo médio de produção europeu. O valor das ajudas deverá variar de acordo com a diferença entre o custo real e o custo médio de produção.
- As explorações que produzem pequenas quantidades de alimentos, mas que fornecem bens públicos importantes e têm um papel multifuncional no mundo rural, devem receber ajudas suplementares.

Este apoio deve ser dado sob a forma de pagamentos directos. **Para manter a agricultura em todas as regiões, são igualmente necessárias medidas que promovam a agricultura como sector profissional atractivo para os jovens.** Há que complementar as medidas anteriores com a criação, em todos os Estados-membros, de apoios financeiros e de acesso à terra que permitam a instalação de jovens agricultores e a sua permanência activa na Agricultura. Um número crescente de jovens demonstra interesse pela Agricultura, mas o facto é que não têm acesso à terra, em regime de arrendamento ou de propriedade.

B. Uma cadeia alimentar justa e transparente

Actualmente, a cadeia alimentar é cada vez mais controlada por algumas multinacionais do sector agro-alimentar e pelas grandes cadeias de distribuição. São elas que, cada vez mais, determinam os preços para os agricultores e para os consumidores. Para reduzir o poder destes intervenientes e democratizar a cadeia alimentar, são necessários os seguintes instrumentos:

- Leis vinculativas que assegurem a transparência ao longo de toda a cadeia, desde o produtor ao consumidor, com repartição justa do valor acrescentado entre todos os intervenientes. Estas leis deverão ser aprovadas por entidades públicas, mediante processo de consulta a todas as partes interessadas.
- Apoio proactivo para as iniciativas que promovam alternativas locais e sustentáveis que restitua o controlo da cadeia alimentar aos agricultores e aos consumidores, tais como as cooperativas, a venda directa, mercados locais ou regionais, entre outras.
- Medidas de regulação para evitar o nível de concentração na cadeia alimentar no seio de um país, na Europa ou dentro dos diferentes sectores dessa mesma cadeia (desde as sementes até aos supermercados).
- Regras sanitárias e de segurança que permitam, apoiem e fomentem a transformação de produtos alimentares e nível local e em pequena escala.
- Deve estabelecer-se, em cada Estado-membro, um salário mínimo para os trabalhadores agrícolas, para assegurar que estes recebam uma percentagem justa do valor dos produtos. O(a)s assalariado(a)s

agrícolas, europeus ou imigrantes, devem beneficiar dos mesmos direitos.

C. Um sistema alimentar e agrícola europeu sustentável

Os actuais modos de produção de alimentos na Europa estão altamente industrializados, com efeitos negativos consideráveis para as pessoas e para o meio ambiente, tais como riscos alimentares significativos, aumento do aquecimento global, poluição terrestre e aquática, entre muitos outros. E é a população que suporta o pesado fardo das externalidades negativas deste modelo de produção.

Para fornecer uma alimentação saudável, proteger o ambiente, respeitar o bem-estar animal, garantir a produção e o consumo de produtos locais, sazonais e de boa qualidade, reduzir o transporte, garantir uma agricultura sem OGMs e promover a biodiversidade, os actuais modelos de produção dominantes devem ser transformados em métodos agrícolas social e ambientalmente sustentáveis. São necessárias as seguintes medidas:

- As formas de produção agro-ecológicas devem ser definidas como modelo dentro da União Europeia. Todas as explorações agrícolas deverão produzir com menores níveis de factores de produção e de consumo de energia, de acordo com um modelo que promova a biodiversidade, o bem-estar dos animais e práticas sustentáveis, como sistemas de pastoreio, entre outras⁵.

⁵ Também recomendamos o cultivo de leguminosas em rotação ou misturadas com gramíneas, em vez da utilização de fertilizantes à base de nitratos (os cultivos de leguminosas fixam o nitrogénio no solo); alimentar o

- Para alcançar esta transição, será necessário combinar as ajudas públicas para a prática destas normas com taxas progressivas a aplicar aos modelos que não sejam agro-ecológicos, responsáveis por impactos sociais e ambientais negativos. Estas taxas incluiriam, no próprio preço, os custos externos destes modos de produção, reflectindo assim o seu custo real. Um preço mais elevado para os alimentos produzidos de forma não sustentável encorajaria as práticas sustentáveis.
- Regras relativas às compras públicas, por parte de instituições e programas públicos – escolas, hospitais, programas como o Programa Europeu de Ajuda Alimentar, etc. – que garantam a aquisição de alimentos produzidos de forma social e ecologicamente sustentável. Gradualmente todas as instituições públicas deveriam abastecer-se nas explorações agro-ecológicas locais. Experiências de instituições públicas que adquirem café através do comércio justo provam que tal é possível.
- Criação de programas e normas vinculativas para a protecção das sementes como património da Humanidade, que garantam o direito dos agricultores bem como a criação e manutenção de bancos de sementes e de espécies, assim como a investigação destinada a melhorar a biodiversidade na Europa.

gado para produção leiteira em pastos, em vez de alimentá-los com alimentação importada; agro-silvicultura; apoio aos sistemas extensivos de produção para porcos e aves, como sistemas ao ar livre, preferencialmente com acesso ao exterior, etc.

- Proibição dos OGMs na agricultura e na indústria agro-alimentar, incluindo campos de ensaio ao ar livre, e o fim do financiamento público para o desenvolvimento desta área.

Para além das medidas para mudar o modelo de produção alimentar, são necessárias medidas para promover hábitos alimentares saudáveis e sustentáveis e para reforçar as culturas alimentares locais.

Algumas medidas para ajudar a promover padrões de alimentação sustentável são:

- Iniciativas educativas para recuperar e desenvolver as competências e conhecimentos necessários para produzir, preparar e desfrutar de alimentos saudáveis produzidos localmente. Por exemplo, hortas escolares e projectos que familiarizem as crianças com os processos de cultivo, a preparação e a necessidade de obter alimentos locais, assim como educação para a produção própria.
- A educação agrícola teria que estar ao alcance de todos os cidadãos. Dever-se-ia promover um sistema social e ecologicamente sustentável, baseado nos objectivos e instrumentos citados anteriormente.
- Apoiar iniciativas que promovam, de forma activa, e difundam uma cultura alimentar local e saudável e facilitar os sistemas de distribuição, para que estes produtos fiquem acessíveis para todos os sectores da sociedade, em particular os mais desfavorecidos, passando directamente dos agricultores para os consumidores.

D. Regras para os pagamentos directos

Nesta quarta opção – “a que falta” – os pagamentos directos desempenharão um papel muito menos importante do que no sistema actual, dado que a maior parte do rendimento agrícola viria do mercado. Esta opção não só traz benefícios para a sociedade como também sairá mais barata aos contribuintes.

Como se explicou anteriormente, alguns pagamentos directos continuarão a ser necessários no futuro. Para além das regras mencionadas no ponto A, os pagamentos directos deverão estar ligados ao cumprimento de critérios suplementares, tais como:

- O número de pessoas activas na exploração;
- Um tecto máximo de pagamentos directos por activo agrícola;
- Cumprimento dos requisitos ambientais e sociais descritos na alínea C.

E. Política rural

Uma política de desenvolvimento rural deverá complementar a política agrícola, **mas não substituí-la** – como é proposto na opção nº 3 da Comissão Europeia. Existem **necessidades específicas nas zonas rurais às quais se deve dar resposta através de financiamento público**, como investimento em infra-estruturas, programas de emprego para a diversificação das economias locais, apoio às pequenas unidades de transformação de alimentos, e desenvolvimento e manutenção dos serviços públicos nas zonas rurais. Será necessário debater se estas medidas deverão ser co-financiadas pelo orçamento da PAC ou por outras políticas regionais da UE.

Seminário Internacional “Política Agrícola e Alimentar Comum para o pós 2013 na óptica da Soberania Alimentar”

Este relatório de análise reflecte, como já foi referido, o conteúdo do debate realizado a 20 de Março de 2010, na cidade de Espinho, no Seminário Internacional, realizado pela CNA, em parceria com o GPP, mas também todo o trabalho, antes e após o seminário, em termos de debate, concertação de posicionamentos e política de alianças por parte da Sociedade Civil, em torno do debate da PAC pós 2013, num quadro do conceito de Soberania Alimentar.

Um antes, que se inicia precisamente um ano antes do seminário, com a primeira reunião do “Movimento Europeu para a Soberania Alimentar e outra PAC” e um após, precisamente um ano depois desta iniciativa com o término deste relatório.

Esta iniciativa acabou por beneficiar pelo seu momento temporal, ou seja, poucos dias antes do lançamento da consulta pública à Sociedade Civil por parte da Comissão Europeia e quatro dias depois de ter sido lançada a “Declaração Alimentar”.

No debate participaram organizações, representativas da Agricultura Familiar, de Espanha, França, Bélgica, Suíça, Áustria, Chipre, Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, Brasil e EUA, mas também, muitas organizações nacionais, de agricultores, de consumidores e ambiente.

Neste seminário, estiveram vários oradores com intervenções de abrangência e contextualização do debate

diferentes. A visão global esteve a cargo de António Me-
nezes do MST (Brasil). Já a visão regional foi dada por
Savigny Geneviève da CE-VC e a visão nacional, pela CNA,
na voz de João Vieira.

Para enquadrar o debate no conceito da Soberania Ali-
mentar interveio José Catarino Xerinda da UNAC (Moçam-
bique) e para falar sobre o trabalho de alianças usou da
palavra Javier Sánchez da CE-VC.

Já o GPP falou sobre algumas posições que emergem em
torno do debate da PAC pós 2013, dando também conta
dos princípios que devem orientar o posicionamento do
Governo Português.

No final do debate, todos destacaram a importância da
iniciativa, pelo intercâmbio de opiniões, análises e posicio-
namentos entre organizações agrícolas, nacionais e euro-
peias e entre estas com as demais organizações da Socie-
dade Civil presentes.

Este intercâmbio gerado neste fórum de debate, acabou
por resultar num maior envolvimento das organizações
nacionais, agrícolas, sindicais, de ambiente e consumidores
neste movimento, possibilitando-as de elas próprias contri-
buírem com a sua perspectiva/experiência vivida no con-
texto da realidade nacional.

Esta iniciativa deixa um legado que permitiu dar bases à
constituição de uma rede nacional em torno da Soberania
Alimentar que esperamos aconteça num futuro próximo.

Agradecimentos

- Câmara Municipal de Espinho por todo o apoio logístico.
- Organizações internacionais pela sua presença e participação.
- Organizações Nacionais pela sua presença e contributo.
- GPP pela sua disponibilidade e participação.



Ficha Técnica

Edição: CNA - Confederação Nacional da Agricultura – 2011

Composição e impressão: AT - Loja Gráfica – Porto

Tiragem: 500 exemplares



Rua do Brasil, nº 155
3030-175 Coimbra
Tel.: 239 708 960
Fax: 239 715 370
e-mail: cna@cna.pt
URL: www.cna.pt

